

# Impactos econômicos da nova política externa brasileira

Francisco Carlos Teixeira, Marco Antonio Rocha, Carlos Eduardo Martins, Giorgio Romano Schutte e Dercio Garcia Munhoz discutem os impactos econômicos de um possível acordo Mercosul-UE, do alinhamento com os EUA, do afastamento dos Brics e de outras diretrizes da política externa do governo Bolsonaro.



## A política externa brasileira e seus impactos econômicos

Esta edição dedica-se a discutir os impactos econômicos da política externa do governo Bolsonaro, em específico um possível acordo do Mercosul com a União Europeia (posto em xeque devido à crise ambiental na Amazônia), o alinhamento incondicional com os EUA e o afastamento dos Brics, entre outras guinadas em relação à política profissional e pragmática do Itamaraty nas últimas décadas.

Francisco Carlos Teixeira, da UFRJ, comenta que Bolsonaro, eleito sob o mantra de eliminar o viés ideológico “de esquerda”, impôs o viés “de direita” à política externa brasileira, historicamente calcada no pragmatismo do “Jogo dos Três Tabuleiros”: no primeiro plano, as relações sul-americanas; no segundo, os emergentes com os BRICS; e no terceiro, as potências econômicas ocidentais.

Marco Rocha, do IE-Unicamp, acredita que o acordo Mercosul-UE tende a consolidar o processo de desindustrialização e nossa posição na divisão internacional do trabalho como exportador de bens primários. Esperar que a exposição à competição provoque o aumento da competitividade da nossa indústria é algo de um governo perdido em definir os rumos da economia.

Carlos Eduardo Martins, do LEHC/UFRJ, defende que a política externa de Bolsonaro é marcada pela combinação do neofascismo e ultraneoliberalismo. A abertura à competição internacional e ao capital estrangeiro, em benefício dos EUA e UE, aprofundará a desindustrialização, dependência, vulnerabilidade externa e fragmentação do mercado interno.

Giorgio Romano, da UFABC, esmiúça o acordo Mercosul-UE. Ele alerta para a cláusula de precaução, que permite medidas de proteção quando há risco de degradação ambiental ou de saúde e segurança. A cláusula poderá ser usada pelos europeus de forma abusiva por motivos protecionistas, por exemplo, no caso de agrotóxicos proibidos ou rebanhos em áreas de desmatamento, mesmo sem evidências científicas.

Dercio Garcia Munhoz, ex-presidente do Cofecon, considera que o acordo com a UE não nos pouparia da tormenta que China e EUA podem provocar na economia mundial. Além dos riscos externos, o Brasil enfrenta uma desagregadora política econômica interna.

O artigo do Fórum destrincha o orçamento dos serviços de saneamento básico no município e estado do Rio de Janeiro.

Política externa.....	3
<i>Francisco Carlos Teixeira</i>	
<b>Política externa do governo Bolsonaro: a vitória do “viés”</b>	
Política externa.....	4
<i>Marco Antonio Rocha</i>	
<b>Por um pouco de realismo na política comercial</b>	
Política externa.....	6
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
<b>Uma política externa contra o Brasil</b>	
Política externa.....	8
<i>Giorgio Romano Schutte</i>	
<b>Que dança é essa?</b>	
Política externa.....	10
<i>Dercio Garcia Munhoz</i>	
<b>Incertezas que rondam as economias mundial e brasileira</b>	
Fórum Popular do Orçamento .....	13
<b>A importância do básico para um saneamento digno</b>	
<b>Dia do Economista é celebrado com ciclo de palestras Corecon-RJ e Rede Pró-Rio .....</b>	
<b>16</b>	
<b>Edital de convocação para eleições</b>	
<b>IX Gincana Regional de Economia</b>	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br).

**Conselho Editorial:** Sidney Pascoutto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rosssana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Vice-presidente:** Flávia Vinhaes Santos.

**Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciana do Couto Oliveira.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2017/2020

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

**Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

# Política externa do governo Bolsonaro: a vitória do “viés”

Francisco Carlos Teixeira\*

**E**leito sob o mantra de eliminar todo o viés ideológico “de esquerda” na política brasileira, o Governo Bolsonaro implementou, desde cedo, uma acentuada tendência extremista, “de direita”, à política externa brasileira. O domínio das Relações Externas do Brasil sempre foi, sob vários regimes ou governos, uma área bastante técnica. Para uma análise das últimas décadas, podemos lembrar que a chamada Política Externa Independente, de Jânio Quadros e Jango, entre 1961/64, embora tivesse buscado relações amplas com países da então “Cortina de Ferro” e do Terceiro Mundo, esforçou-se por permanecer no âmbito da Política da “Aliança para o Progresso” de Washington e jamais rompeu ou ameaçou interesses vitais americanos.

O Regime Civil-Militar de 1964-1985, malgrado toda sua identificação com os Estados Unidos, manteve-se autônomo em relação a um alinhamento

automático com os americanos e os Governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) sustentaram uma política externa voltada para os interesses nacionais, denominada “Pragmatismo responsável”, que nos levou a um amplo relacionamento com os novos países da África lusófona, com a China Popular e com o Leste Europeu, abrindo mercados fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, incluindo o agronegócio.

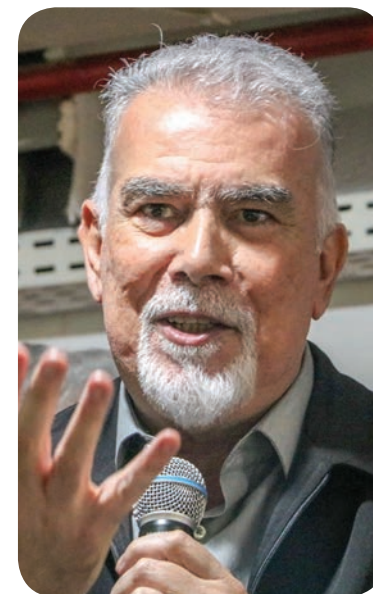
Com a Nova República, desde 1988, a política externa – apesar de uma certa incompreensão de uma crítica altamente ideológica – baseou-se numa noção do “Jogo dos Três Tabuleiros”: no primeiro plano as relações no âmbito continental sul-americano, tendo as relações Brasil-Argentina como eixo básico; o segundo tabuleiro baseado em relações estratégicas com as nações emergentes, o que seria consolidado, mais tarde, na formação do bloco dos BRICS; e o terceiro tabuleiro nas relações, indispensáveis, com as grandes potências econômicas ocidentais,

com os Estados Unidos e a União Europeia como grandes parceiros.

Nunca se tratou de privilegiar, como a crítica ideológica pretendia, uma preferência “bolivariana” pela América do Sul ou pelos “molambos” do Terceiro Mundo, como a linguagem desinformada poderia querer. O “Jogo dos Três Tabuleiros” constituiu-se numa dinâmica de retroalimentação. Ao constituir-se, no âmbito do Mercosul, num país líder na sua região, coordenador das ações de bloco de nações sul-americanas, o Brasil se habilitava como locutor de peso junto aos demais “tabuleiros”, além de abrir um mercado indispensável para seus produtos – como a indústria automobilística, ônibus, tratores, carrocerias, eletrodomésticos, enquanto nos demais “tabuleiros” somos exportadores de *commodities*.

A chegada de Bolsonaro ao poder, com seu Ministro do Exterior inigualável, com um Ministro da Economia que não se cansa de menosprezar o Mercosul e mesmo um país fundamental como a Argentina, e um Ministro do Meio Ambiente que atinge de forma brutal a imagem do país, o Brasil vive uma brusca e total guinada em sua política externa. A imagem construída durante décadas, pelos mais diversos governos e regimes, está sob profunda crise de descrédito.

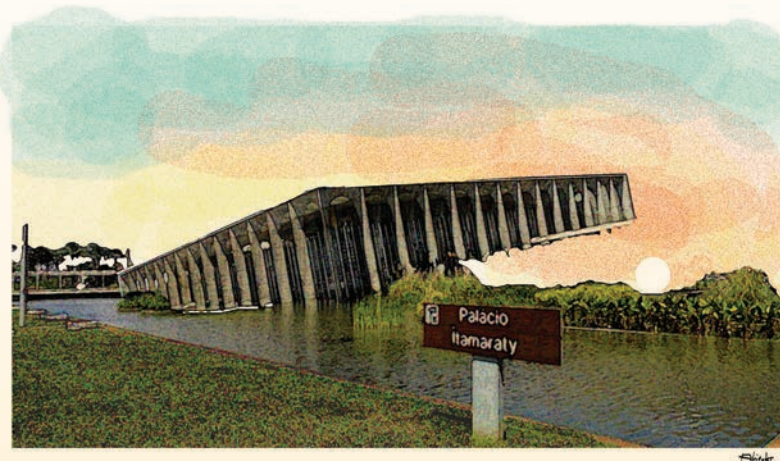
Conseguimos em pouco mais de 100 dias criar forte desconforto – para além de um risco real de uma aventura de proporções catastróficas com a Venezuela, evitada pelo bom senso das FFAA



– com Alemanha, Noruega, Japão, China e Argentina – sendo os dois últimos nossos grandes mercados importadores. As afirmações, altamente ideológicas, de “rompimento” com a Argentina ou de saída do Mercosul, com um novo governo de cunho peronista – nada se aprende com a experiência do “Brexit” – explicitam um total desconhecimento da economia industrial brasileira e, acima de tudo, da longuíssima história de defesa e segurança que encerramos ao trazer Buenos Aires para a mais estreita cooperação – econômica, política, nuclear, científica e securitária.

Com cerca de 70 cursos de graduação em Relações Internacionais no país, é trágico que as autoridades brasileiras nada sabiam sobre assuntos internacionais, defesa, segurança e interesse nacional.

\* É professor titular da UFRJ.



# Por um pouco de realismo na política comercial

Marco Antonio Rocha\*

Se há algo que as rodadas de abertura comercial realizadas no Brasil em seu passado recente nos ensinaram é que a exposição à concorrência e o ganho de competitividade não ocorrem nem de forma simultânea nem na direção que na maioria das vezes seria a mais desejada. Se a abertura comercial expõe quase que de imediato a indústria nacional à competição internacional, os ganhos de competitividade demandam tempo, aquisição de bens de capital, investimento em inovação, reorganização de processos produtivos e de áreas de negócio, para dizer o mínimo. Nesse processo, muitas vezes as atividades de maior valor adicionado e maior sofisticação tecnológica são sacrificadas em prol da consolidação de áreas de negócio mais relacionadas a vantagens competitivas relacionadas à dotação de recursos naturais, por exemplo.

Nos casos em que a redução generalizada de tarifas aduaneiras ocorrida em economias industrializadas e de grande porte gerou ganhos reais de competitividade, esse processo ocorreu em meio ao incremento de investimentos em ciência e tecnologia, modernização dos sistemas de inovação, ampliação dos instrumentos de financiamento e de apoio à atividade industrial e melhoria substancial da infraestrutura logística. Na ausência desses mecanismos, a exposição à concorrência leva a padrões de

especialização, em geral, voltados a atividades menos complexas e baseados em vantagens competitivas pouco dinâmicas. A abertura realizada no começo dos anos 1990 é repleta de lições que nos ajudam a pensar os possíveis efeitos da política comercial que vem se desenhando.

Se levarmos em consideração que os padrões de especialização no comércio internacional são importantes na definição do dinamismo econômico e na distribuição mais equitativa dos ganhos relacionados ao comércio, a discussão não se refere a maior ou menor protecionismo tarifário, mas à forma como a política comercial se articula com a política industrial e de ciência e tecnologia. Nesse sentido, já existe um conjunto vasto de trabalhos científicos e uma longa tradição dentro do debate econômico que apoiam essa hipótese, tornando-se desnecessário retornar ao debate se é igual exportar *computer chips* ou *potato chips*.

Nessa perspectiva, o panorama atual da indústria brasileira não é nada animador. A queda significativa da taxa de investimento, que já completa pelo menos meia década, o alto endividamento do setor privado e a escassez de grandes empresas nacionais em setores de alta tecnologia apontam para um sistema industrial que carece de atores na difusão de novas tecnologias, com empresas que acumulam significativo hiato tecnológico em termos de processos produtivos e já possuem elevado

coeficiente de importação de insumos produtivos.

Além disso, a crise econômica e a condução da política fiscal têm sido desastrosas para o sistema nacional de ciência e tecnologia, contando ainda com o empenho do atual governo eleito de desestruturar o restante dos mecanismos públicos de apoio e financiamento à atividade industrial, científica e tecnológica. É nesse contexto que está posta a política comercial do governo Bolsonaro, baseada em uma concepção no mínimo ingênua de “recuperar a competitividade via economia de mercado” (Valor<sup>1</sup>, 08/08/2019).

Cada um é livre para acreditar no que quiser, mas vale ressaltar que a economia mundial dá sérios indícios de estar no movimento político contrário. Não são poucas as mudanças de grande magnitude que devem ser levadas em consideração: a guerra comercial que se abre entre Estados Unidos e China – acompanhada de uma obscura batalha para ver quem controla tecnologias chaves para o próximo paradigma tecnológico – a provável disseminação de mecanismos de bloqueio à compra de grandes empresas nacionais por empresas estrangeiras nas economias europeias mais avançadas e o estabelecimento nos próximos anos de um novo paradigma tecnológico incorporado na Indústria 4.0. Tudo isso dentro de um horizonte projetado de redução do ritmo de crescimento do comércio internacional.

A preparação para a Quarta



Revolução Industrial, para nos termos em apenas um dos fenômenos apontados, vem motivando a reorganização dos sistemas nacionais de inovação das principais economias industrializadas, mais especificamente no sentido de estreitar a proximidade geográfica do sistema de inovação com os complexos produtivos regionais, aproximando dos processos produtivos a cooperação entre instituições de pesquisas e empresas. A expectativa é que nos próximos anos os processos industriais sejam profundamente afetados pelo progresso tecnológico relacionado ao controle e automação. Em suma, a atual conjuntura econômica mundial apresenta um cenário em que a mera exposição das empresas nacionais à competição internacional será inócua para a criação de competitividade frente à maciça reorganização tecnológica do sistema capitalista.

Na parte que nos cabe, vale detalhar os termos do acordo de livre comércio que vem sendo proposto com a União Europeia. A redução significativa da proteção tarifária sobre os produtos oriundos da União Europeia, cujo centro industrial possui produtividade e capacitação tecnológica bem mais elevadas que a nacional, tenderá a dificultar ainda mais a capacitação de produtores nacionais em atividades de maior complexidade tecnológica.

O acordo prevê que em média, para os bens manufaturados de maior complexidade tecnológica, de 40% a 50% do valor adicionado poderá ser agregado ao valor final de produção em países de fora da área do acordo (contido nas propostas sobre “Máximo Conteúdo Importado” nas regras de origem). A proposta do acordo, portanto, abre um espaço significativo para que os produtores europeus tragam parte de sua cadeia produtiva internacionalizada para dentro da área de livre comércio. Como a retórica de defesa do acordo, em geral, segue a linha de que o acordo seria benéfico para que as empresas brasileiras se inserissem nas cadeias de valor das grandes empresas europeias, preocupa o fato de que o acordo pouco pode afetar a estrutura de fornecedores das empresas europeias.

Como as grandes empresas europeias já realizaram um transbordamento significativo de suas cadeias produtivas para o Leste Europeu, por exemplo, esse arranjo pode ser pouco afetado pelo acordo de livre comércio com o Mercosul. Por outro lado, como as grandes empresas brasileiras já apresentam um elevado coeficiente de importação, as próprias empresas nacionais podem atuar no

sentido de consolidar a penetração das cadeias produtivas europeias na produção doméstica.

Atualmente, a União Europeia também negocia acordos com diversos outros países que são competidores internacionais do Brasil, como Índia, Indonésia, parte da América Latina, além de parte significativa do sudeste asiático e África. No caso específico do sudeste asiático, Índia e alguns países africanos são competidores diretos do Brasil enquanto candidatos à participação nas cadeias produtivas europeias, sobretudo em atividades intensivas em trabalho com baixo conteúdo tecnológico. Logo, o Brasil não passará necessariamente a usufruir de uma condição de vantagem em relação ao acesso ao mercado europeu, provavelmente irá apenas se nivelar a outros países com especialização comercial semelhante à que vem sendo perseguida pelo Brasil a partir do Governo Temer – tendo como marco a reforma trabalhista.

Outro ponto especialmente preocupante é o livre acesso de empresas estrangeiras para compras e projetos governamentais. Ainda que o acordo preveja salvaguardas para políticas públicas na área de saúde pública e promoção de pequenas empresas, a medida, na prática, poderia dificultar as políticas de conteúdo nacional para setores industriais relevantes, como fármacos, instrumentos médicos, indústria de defesa, entre outros. A limitação das políticas de encomendas tecnológicas pode também inviabilizar a utilização de políticas industriais voltadas ao fomento de setores de alta tecnologia. Mais preocupante ainda é a proposta relativa à contratação de serviços, mais especificamente ligados à área de enge-

nharia. Dada a atual situação das grandes construtoras nacionais, a não discriminação das empresas estrangeiras na prestação de serviços para obras e projetos públicos pode inviabilizar a reconstrução de um setor de engenharia nacional, elemento importante inclusive para a assimilação e disseminação de novas tecnologias.

A pauta de exportação do Brasil para a União Europeia é composta majoritariamente de *commodities* agrícolas e minerais e outras *commodities* semielaboradas, enquanto a pauta de importação é composta majoritariamente de bens manufaturados de maior complexidade tecnológica, como produtos químicos, máquinas e equipamentos e material de transporte. Desse modo, a pauta de exportação europeia caminha muito mais no sentido de uma especialização intraindustrial que a pauta brasileira, o que leva a crer que o acordo pode consolidar ainda mais o processo de esvaziamento das cadeias produtivas nacionais.

O que preocupa é que, se feito na atual conjuntura da indústria brasileira, o acordo tende a consolidar o processo de desindustrialização e a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho enquanto exportador de bens primários. É importante compreender o quanto o sistema industrial brasileiro carece dos instrumentos em que se baseia a atual competição internacional e o quanto está distante da reorganização dos sistemas manufatureiros das economias avançadas.

O acordo, em si, segue o padrão não muito distinto de diversos acordos de livre comércio que estão sendo negociados mundo afora, em um sistema em que os acordos bilaterais vêm toman-

do proeminência frente à institucionalidade do multilateralismo. O simples isolacionismo em meio à mudança dos arranjos de comércio exterior tampouco seria a solução para os problemas enfrentados pelo setor produtivo brasileiro. A preocupação com o acordo se encaminha mais para a assimetria econômica existente entre os parceiros e o atual estado da indústria nacional, contando nesse ponto também com o desmonte de uma série de mecanismos de apoio ao sistema manufatureiro nacional.

As economias europeias mais avançadas, desde os anos 1990, vêm consolidando um padrão regional de divisão de tarefas em suas cadeias produtivas, envolvendo principalmente países do Leste Europeu. Os fornecedores regionais passaram por um longo processo de capacitação e adequação à produção das empresas europeias. O deslocamento dessa rede de fornecedores pela produção nacional demandaria não só tempo, como investimento em capacitação e ganhos significativos de produtividade. Esperar que a simples exposição à competição de sistemas produtivos mais bem estruturados e competitivos que o brasileiro provoque o aumento generalizado da competitividade da indústria nacional é, na melhor das hipóteses, apenas um artifício retórico de um governo completamente perdido em definir os rumos para a economia brasileira.

\* É professor, pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia e membro do Centro de Conjuntura e Política Econômica, todos do Instituto de Economia da Unicamp.

1 <https://www.valor.com.br/brasil/6383159/costa-governo-quer-recuperar-competitividade-economia-de-mercado>

# Uma política externa contra o Brasil

Carlos Eduardo Martins\*

**T**emos caracterizado o governo Bolsonaro como o resultado de uma redefinição da aliança entre neofascistas e neoliberais, sob a hegemonia dos primeiros. Esta aliança se estabeleceu, inicialmente, a partir do Golpe de 2016, sob o protagonismo dos neoliberais que, se o impuseram por meio do Parlamento, lançaram mão, para isso, de movimentos de massa violentos e regressivos, com fortes dimensões neofascistas. O fracasso retumbante dos neoliberais nas eleições de 2018, resultado da sua enorme impopularidade e desprestígio popular, mesmo em condições de exceção, de que é exemplo a prisão política de Lula, implicou a reconfiguração dos termos da aliança, levando à hegemonia dos neofascistas. Estes ofereceram um discurso baseado em paixões, como o ódio e o desejo de destruição, para enfrentar o bloco de centro-esquerda e se popularizar em uma sociedade marcada por forte exclusão social, nomeando os direitos sociais como privilégio e postulando a reestruturação parcial do *establishment* e a circulação das elites no poder, para dar vazão às expectativas de mobilidade ascendente.

A política externa de Bolsonaro é marcada pela combinação específica desta dupla dimensão presente em seu governo: o neofascismo e o ultraneoliberalismo. Constituiu-se em uma importante ferramenta para aprofundar a projeção no bloco de poder de uma burguesia compradora e intermediária, que auferiu seus lucros por meio do rentismo, da intermediação na venda das riquezas ou ativos nacionais e

da prática de um subimperialismo títere, servil à reestruturação do imperialismo dos Estados Unidos, liderada por Trump, pela extrema-direita deste país e suas conexões internacionais. Tal hegemonia se combina com o avanço do agonegocio e do extrativismo, a especialização do país na produção de *commodities* de baixo valor agregado, a sua desindustrialização acelerada, a destruição das reservas indígenas e florestais, a eliminação de direitos sociais, a retomada da superexploração dos trabalhadores em marcha acelerada e a restrição do mercado interno. A fração industrial tolera e apoia esta reconversão em nome de sua adesão ao rentismo e da regressão do valor histórico-moral da força de trabalho alcançado pelos trabalhadores.

Para isso, é necessária uma cruzada moral, fundada no obscurantismo e na barbárie, que prioriza como alvos principais a ciência, a educação, a universidade pública e a cultura. O desdobramento extremo deste projeto é a implantação de um fascismo neocolonial que rompe o vínculo com três princípios de realidade dos Estados nacionais: a soberania nacional, o desenvolvimento das forças produtivas e a autonomia dos trabalhadores. Trata-se de um movimento irracionalista ainda mais profundo que o dos fascismos clássicos europeus, que se concentrava na destruição da independência política, organizacional e cultural dos trabalhadores. O principal ideólogo do bolsonarismo, mentor do Chanceler Ernesto Araújo, o astrólogo e autodidata Olavo de Carvalho, pode, em função desta desconexão, colocar em dúvida o

heliocentrismo e o caráter esférico da Terra, reivindicando a regressão ao pré-modernismo.

A política externa bolsonarista tem justamente como um dos seus pilares o combate ao que chama de globalismo cultural, que representa a matriz de pensamento racionalista e universalista desenvolvida a partir da modernidade. Ernesto Araújo reivindica um Ocidente escravista e medieval, pré-moderno, que teria se perdido de si mesmo a partir da Revolução Francesa, que acusa de ser a mãe de seus principais inimigos, que não são externos, mas internos: o iluminismo, o marxismo cultural e o ateísmo. Em seu artigo *Trump e o Ocidente*, aponta o presidente estadunidense como o intermediário de Deus, capaz de salvar o Ocidente de si mesmo, submetendo-o a uma “terapia de personalidade”, pela qual ultrapassaria as fronteiras territoriais dos Estados Unidos para alcançar a sua totalidade espiritual, onde o Brasil se inseriria.

Se acolhe um imperialismo defensivo, de intervenção política, desestabilização e anexação em detrimento de um imperialismo informal, até certo ponto compatível com as soberanias nacionais, que predominou na globalização neoliberal, por outro lado, a política externa de Bolsonaro reivindica desta a sua versão neoliberal radical. Assimila destes movimentos históricos o que há neles de pior: do neofascismo incorpora o isolacionismo, a repressão aos trabalhadores e a negação do liberalismo político, eliminando o nacionalismo e o protecionismo; do globalismo apropria-se do neoliberalismo, mas rechaça o universalismo, o



pluriversalismo e os racionalismos.

A adoção do ultraliberalismo se torna ainda mais grave em um contexto onde a globalização neoliberal demonstra sinais de esgotamento. O comércio internacional e os fluxos internacionais de capital perdem dinamismo e velocidade para impulsionar o crescimento econômico mundial. Se a expansão do comércio internacional superou o PIB mundial em 2,3 vezes nos anos 1990, na década seguinte até 2008 o fez em 1,6 vezes, caindo para apenas 1,2 vezes desde então. Os fluxos internacionais de capital apresentaram três *booms* desde os anos 1990: entre 1995-2000, quando se expandiram em 37% a.a., atingindo, em 2000, um valor 561% maior ao da partida; entre 2002-07, onde se incrementaram em 16,1% a.a., alcançando, em 2007, um valor 40,7% maior que o de 2002, mas apenas 5% superior a 2000, topo do ciclo anterior; e entre 2009-2015, quando se expandiram em 7,3% a.a. no interior do ciclo, auferindo, em 2015, um montante 3% inferior ao de 2007.

Estes indicadores sublinham que o ultraliberalismo de Bolsonaro está na contramão do processo histórico. A abertura que está promovendo em direção à competição internacional e ao capital estrangeiro, particularmente em benefício dos Estados Unidos e União Europeia, trará efeitos principalmente deletérios sobre nossa economia, aprofundando a desindustrialização, a dependência, a vulnerabilidade externa e a fragmentação do mercado interno. O ultraliberalismo se manifesta no abandono do Tratamento de País Diferenciado na OMC, no estabelecimento de um acordo de livre comércio com a União Europeia, nas tratativas para firmar um TLC com os Estados Unidos, no sepultamento da Unasul em favor do ProSul e no desmonte do Mercosul e sua União Aduaneira. Se apresenta ainda quando se articula com a política interna de desmonte do Estado brasileiro e seus mecanismos de indução do crescimento econômico, por meio da estratégia de privatizar todas as estatais para abater, segundo cálculos do governo, apenas 20% da dívida pública; da destruição da capacidade de refino da Petrobrás, para nos reprimarizar e respaldar a política de industrialização e potência petroleira dos Estados Unidos; e do engessamento do BNDES, reduzindo drasticamente sua capacidade de financiamento.

A submissão ao ultraliberalismo entra, todavia, em contradição com o *establishment* da globalização neoliberal, que busca estabelecer o mínimo de regulação e racionalidade para a exploração da natureza, incluindo como variável de controle o aquecimento global. O rechaço dos neofascistas às teses do aquecimento global abre contenciosos importantes com a União Europeia

e ameaça viabilizar a implementação do acordo. Todavia, Bolsonaro joga com as vantagens econômicas que este traz aos europeus para forçar ao máximo a mercantilização da natureza. Há que se mencionar ainda que esse projeto de fascismo neocolonial cria barreiras para o nosso multilateralismo, expresso nas ameaças de transferência da Embaixada brasileira à Jerusalém, de não abastecimento dos navios iranianos no Brasil, e na ambiguidade que o governo brasileiro tem mantido em relação à China, abrindo o espaço para replicar aqui sanções do governo Trump contra ela.

Outra dimensão da política externa de Bolsonaro é o subimperialismo títere e a sua vinculação radical à personalidade. Subordinado ao imperialismo unilateral de Trump, desmontada a pretensão de poder em ascensão, o Estado brasilei-

ro exerce sua força contra os vizinhos regionais vulneráveis, como a Venezuela, através do esforço para derrubar o Governo Maduro; a Bolívia, por meio de chantagens contra o Governo Morales para extraditar Cesari Batistti; e o Paraguai, através da Ata Bilateral de 24 de maio de 2019 e da interferência para impedir o impeachment de Mario Abdo Benitez. O episódio paraguaio é ilustrativo das técnicas de rapina desta burguesia compradora e intermediária. O governo Bolsonaro não apenas pressionou o Paraguai a reduzir os preços da energia que vende ao Brasil, mas todas as evidências indicam que pretendeu deslocar, sem licitação e de forma secreta, o monopólio de compra da Eletrobrás para a empresa LEROS, de propriedade de Alexandre Giordano, suplente do Senador Major Olímpio, do PSL.

A possível nomeação de Eduardo Bolsonaro, amigo do filho de Mario Abdo Benitez, para Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, sugere o alcance que este tipo de manejo do Estado pode alcançar, sem descartar episódios estranhos e não desvendados, como a presença de 39 quilos de cocaína em avião da comitiva presidencial

Estamos vivenciando um dos momentos mais graves da história da República no Brasil. Até onde o projeto bolsonarista de poder poderá chegar, dependerá da capacidade de organização das forças populares e democráticas para lhe oferecerem resistência.

\* É professor associado do Irid/UFRJ e Pepi/UFRJ, coordenador do LEHC/UFRJ e autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, Boitempo, 2011.



# Que dança é essa?

Giorgio Romano Schutte\*

Às vezes a dança é uma e a música outra. O ritmo do bailarino não se adapta ao da música, ou o volume está muito alto e bailarino pede para baixar para não atrapalhar. O que não muda é a dança. Aquele ritmo que aprenderam a dançar bem nas academias de Chicago e de uma longa experiência nos mercados financeiros.

Essa é a imagem que aparece quando olharmos essa curiosa combinação da música bolsonarista e a dança ultraliberal. Uma nova realidade também para quem quer fazer negócios no Brasil. O que aparece por enquanto é que cada vez que o bailarino pede para baixar a música ou tocar um pouquinho mais em sintonia, o seu pedido é atendido.

A música anunciava a transferência da Embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, mas o bailarino pediu moderação e ficamos com a Embaixada em Tel Aviv e um escritório de representação em Jerusalém. Assim aconteceu também com o tom anti-China. Ou quando tocaram os tambores para anunciar o início da “libertação” da Venezuela.

Vejamos o caso do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Este tem um capítulo inteiro sobre direitos ambientais e trabalhistas com referências a normas de um conjunto de organizações multilaterais, todos profundamente desprezados por Trump, líder do que seria o anunciado “pan-nacionalismo ocidental”. Assim, um dia nosso chanceler afirma que “o aquecimento global é uma trama globalista” e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, reforça

o argumento ao mandar os europeus “procurarem a sua turma”. Em outro dia, o mesmo Ernesto Araújo anuncia com orgulho um acordo com muitas referências ao Acordo de Paris e outras normas negociadas internacionalmente que tentam dar uma resposta multilateral ao aquecimento global e demais problemas ambientais.

Araújo comemorou o acordo, entre outros, como demonstração de que o Brasil estaria se “reconectando com parceiros tradicionais”. Ele finge não saber que o que interessa aos europeus são as oportunidades comerciais e econômicas ofertadas para as suas empresas e que há pouca disposição de se conectar à agenda trumpista-tropical. Do lado europeu as opiniões se dividem entre quem não gosta da música (os ambientalistas e outros preocupados com os aspectos profundamente antidemocráticos e anticivilizatórios do bolsonarismo), os que adoram a dança (os interesses econômicos e políticos que hoje se sobrepõem) e os que nunca gostaram dessa dança (os interesses protecionistas, em particular do setor agrícola francês, mas não só).

Curiosamente, surgiu em defesa do acordo na Europa um novo argumento voltado para a opinião pública interna: de que o acordo possa amarrar o Brasil a normas de proteção para o meio ambiente e trabalhista. Foi nesses termos que Merkel defendeu as negociações no Parlamento europeu, manifestando suas profundas preocupações com as posições e ações do governo brasileiro, na área ambiental em particular. Seria uma política de redução dos danos.

Assim, temos de um lado um governo no Brasil que, aos olhos



de todo mundo, faz questão de minimizar e banalizar a questão ambiental. De outro, uma disposição do mesmo governo de assinar acordos que incluem normas que vão no sentido contrário para preservar não o meio ambiente, mas a pauta liberal. O truque é que, ao contrário do que alguns observadores no Brasil vêm falando e as autoridades europeias sugerem, não há, em princípio, nenhuma vinculação entre o capítulo comercial-econômico e as cláusulas a respeito do desenvolvimento sustentável. Ou seja, a violação das normas estabelecidas no último prevê seu próprio mecanismo de resolução de controvérsias, aliás, muito “bonito”, com participação da sociedade civil e organizações sindicais. Sim, aquelas que estão sendo massacradas pelo governo Bolsonaro. O próprio governo brasileiro faz questão de enfatizar que esse capítulo é “para europeu ver” ao publicar que “O capítulo [sobre desenvolvimento sustentável] não está associado a sanções do mecanismo de solução de controvérsias do acordo”.

Há, porém uma complexidade, que é a famosa e controversa cláusula de precaução, incluída justamente nesse capítulo. Os franceses tiveram de recuar na sua proposta de salvaguardas específicas com relação à agricultura, mas desta vez os europeus não abriram mão de incluir a cláusula de precaução, que sempre foi vetada pelos negociadores do Mercosul.

Essa cláusula permite medidas de proteção em casos de risco sério de degradação ambiental ou de saúde e segurança para sua população. Os europeus usam uma concepção diferente da dos americanos. Os EUA defendem o princípio de que tudo é permitido até que se comprove cientificamente que há dano à saúde humana ou ambiental. Os europeus defendem, e assim foi estabelecido, que nos casos em que faltam evidências científicas ou que estas sejam inconclusivas, mas haja “risco de degradação ambiental sério ou um risco para a saúde ou segurança”, as partes podem tomar medidas de precaução. O governo brasileiro faz questão de enfatizar que seria uma cláusula pensada para ser utilizada somente em última instância, em situações extremas, para minimizar essa concessão.

É evidente que, com a inserção da cláusula de precaução, as autoridades europeias matam dois coelhos com uma cajadada. Ela pode, sem dúvida, ser usada de forma abusiva por motivos protecionistas – agradando, em particular, setores agrícolas europeus – e, de outro lado, pode ser utilizada para defender preocupações mais sinceras. Nesse último caso, agradando parte importante da opinião pública, ainda mais considerando o recente avanço significativo dos verdes





em vários países, entre elas a Alemanha, e as mobilizações de jovens em torno dessa pauta. O fato de a cláusula não constar no capítulo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT na sigla inglesa) ou nas medidas sanitárias e fitossanitárias reflete certa concessão por parte da Comissão Europeia, mas não impede sua utilização, por exemplo, quando se suspeita utilização de agrotóxicos proibidos ou de carne de rebanhos criados em áreas de desmatamento. E a Comissão fez questão de enfatizar nos seus documentos de divulgação do Acordo que isso se aplica também em casos que “a informação científica não seja conclusiva”. Observe-se a reação do Secretário do Comércio dos EUA, Wilbur Ross, em recente visita ao Brasil. Enquanto o Paulo Guedes anunciou o início de negociação de um suposto acordo comercial Brasil-EUA, Ross enfatizou que precisaria analisar bem o acordo Mercosul-União Europeia para

ver se não haveria “*poison pills*” (pílulas venenosas), ou seja cláusulas que normatizam a visão europeia em detrimento da dos EUA. Sem dúvida estava se referindo, entre outras, à cláusula de precaução, que foi inclusive uma das questões que fez fracassar a iniciativa de Obama para relançar negociações por um acordo econômico-comercial entre a UE e os EUA.

De toda forma, a Alemanha em particular precisa neutralizar a imagem negativa do Brasil perante sua opinião pública interna. Assim, logo após o anúncio do acordo, voltou a pedir a continuidade do Fundo Amazônia, ameaçado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que chegou a sugerir o uso do Fundo para indenizar agricultores que ocupam áreas de proteção. O ministro alemão de Cooperação teve o apoio direto do presidente para que o Brasil voltasse atrás em mais uma demonstração de que a agenda bolsona-

rista será sacrificada cada vez que atrapalha a agenda liberal. A descontinuidade do Fundo Amazônia nesse momento complicaria a imagem do Acordo negociado, embora não houvesse uma ligação direta entre as duas negociações. Mas de lá para cá a música já foi um prato cheio para quem na Europa, por motivos nobres ou menos nobres, quer questionar ou atrasar a tramitação do acordo. Tivemos o questionamento dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com a demissão de seu diretor, a banalização por parte do presidente da República do assassinato de uma liderança indígena no Amapá, o desconvite, na última hora, de Bolsonaro ao chanceler da França, que iria trazer uma mensagem do seu presidente, entre outros. **E, se tudo isso não bastasse, a dupla Salles e Bolsonaro resolveu mudar de tom e implodir a parceria com Alemanha e Noruega no Fundo Amazônia com uma retórica agressiva. Uma retórica que lembra o nacionalismo retrógrado do século 19 contra as imposições do Reino Unido querendo impedir o tráfico de escravos. Não importa o grau de hipocrisia por parte dos Europeus, a bandeira levantada em nome da soberania está simplesmente na con-**

**tramão da história. Essa atitude beira a irracionalidade e provocou uma forte reação de várias lideranças do agronegócio.**

Apesar desse quadro de aparente confusão e contradições, o balanço por enquanto é que o ultraliberalismo consegue avançar com sua pauta, que beira uma abertura unilateral e uma nova onda de desnacionalizações. Paradoxalmente, como parece acontecer também no âmbito nacional (vide a votação da chamada reforma da Previdência), a música, ao invés de atrapalhar, acaba favorecendo uma inserção internacional que aprofunda a especialização regressiva. Os interesses do agronegócio e os interesses financeiros dançam à vontade com os chineses, europeus e americanos. O que até ontem era considerado “concessão” se tornou auxílio para consolidar a agenda ultraliberal. Sem falar do risco que corremos de amarrar em acordos internacionais, difícil de reverter, a proibição a uma série de políticas públicas essenciais para nosso desenvolvimento. E, por enquanto, os parceiros também aguentam a música, porque os ganhos são bons demais.

\* É professor de Relações Internacionais e Economia da UFABC e membro do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB)

# Incertezas que rondam as economias mundial e brasileira



Dercio Garcia Munhoz\*

As duas primeiras décadas do século XXI registram modificações profundas na economia mundial, com reflexos tão amplos que avançaram no sentido de provocar alterações no equilíbrio global de poder econômico e político mundial, por mais de um século sob tutela americana.

O fato inusitado observado mais recentemente foi proporcionado pela economia chinesa, que a partir dos primeiros anos do século XXI passou a registrar um fenômeno extraordinário, quantitativo e qualitativo, tanto no seio da própria economia como nas relações econômicas com o resto do mundo. No aspecto quantitativo se destaca não apenas um crescimento do PIB real superior a 10,0% ao ano, uma vez que esse dinamismo já se verificava desde as duas últimas décadas do século XX; a novidade é que o aumento da produção passara a incorporar mudanças estruturais na produção, com destaque absoluto para indústrias tecnologicamente avançadas. E paralelamente à presença marcante da indústria de máquinas na arrancada produtiva, ocorre outro fato de extrema relevância, que é o crescimento das exportações ligadas à nova matriz industrial em todas as direções, e mais enfaticamente para o mercado americano.

Esse duplo fenômeno – crescimento econômico alimentado por uma nova estrutura produtiva na transformação industrial e

expansão e forte diversificação das exportações – teria ainda, como consequência, um aumento paralelo nas importações chinesas, incluindo matérias primas e alimentos, combustíveis e minerais. Num movimento que refletia na expansão das economias supridoras de *commodities* e como reflexo no poder de compra externo de tais regiões. Configurava-se, portanto, um quadro de intenso relacionamento comercial da China não só com as economias industriais, como frente ao mundo em desenvolvimento.

Esse entrelaçamento da economia chinesa, interligado à nova dinâmica industrial, deslocava o país para uma posição de crescente destaque no volume de produção mundial – com o PIB quase triplingando entre 2000 e 2010, com expansão mais moderada entre 2010 e 2018 (77,4%), ainda que excepcionalmente elevada. Nesses dois períodos, renunciando o surgimento de fricções no concerto das nações, o aumento do PIB americano repetiu taxas globais extremamente baixas – em torno de 19,0%. Não surpreende, portanto, que se a economia chinesa representava apenas 12,0% aproximadamente do tamanho da economia americana no ano 2000, em 2018 o produto chinês já se situava em algo como 2/3 do PIB americano.

Como a evolução do comércio externo chinês vem mantendo clara sintonia com a dinâmica revelada pelo PIB do país, as exportações da China, que representavam aproximadamente um ter-

ço das vendas externas americanas no ano de 2000, ao término de 2017 já superavam em algo como 45,0% o valor das exportações dos Estados Unidos.

O redesenho da economia mundial inevitavelmente traria consequências, além das econômicas, também na distribuição do poder político. Donde seria previsível uma reação americana tentando ao menos conter a velocidade da consolidação de estruturas econômicas, comerciais e políticas do gigante chinês, no tabuleiro mundial. Essa meta, porém, que visaria neutralizar um movimento que pressiona no sentido do ocaso da liderança americana, parece extremamente distante de ser alcançada, dada a rapidez, abrangência e características da expansão econômica e comercial da China em apenas duas décadas.

Parece evidente que os Estados Unidos não conseguiram definir uma estratégia que suportem seus objetivos políticos. Pois recorrer à técnica do confronto, como Trump escolheu, dificilmente poderá reverter o novo panorama do poder econômico e político mundial; envolvendo ainda o risco de que venha a funcionar como um bumerangue, afetando, pelos reflexos nos custos de produção dentro do país e na competitividade das exportações, a própria economia dos Estados Unidos.

Não que os americanos não devam, e não possam, buscar a redução dos déficits comerciais bilaterais com a China. Afinal os interesses de ambos os países na

consolidação e expansão do comércio bilateral são recíprocos. Mas não é desejável que o caminho para isso tenha como fundamento uma estratégia tipo macaco em loja de louça.

Esse quadro de relações conflituosas entre as duas grandes potências vem provocando preocupações no resto do mundo. Isso porque as consequências, sejam quais forem, terão reflexos amplos no comércio mundial, e consequentemente em todas as demais economias.

### A impotência brasileira diante do conflito comercial entre dois gigantes

Para o Brasil e demais países do Mercosul, um acordo final com a União Europeia, ainda em fase preliminar, não teria forças para colocar a região a salvo da tormenta que China e Estados Unidos podem provocar na economia mundial, ultrapassando a fase presente de simples maro-

las. E muito menos poderia funcionar como um amortecedor, na defesa da economia brasileira, a prometida criação da área de livre comércio entre o Brasil e Estados Unidos, há pouco aventada pelo presidente americano. Mesmo porque a iniciativa mais parece uma tentativa do Governo dos Estados Unidos em retardar, ou mesmo minar em definitivo, um acordo comercial Mercosul-União Europeia; não se devendo excluir a hipótese de que no bojo de even-

tual acordo interamericano sejam implantados mecanismos que impeçam que o Brasil possa vir a se beneficiar do conflito China x Estados Unidos, ocupando espaços que venham a ser criados no mercado chinês, especialmente na área de *commodities*.

Riscos existem, portanto, para o Brasil, no delicado quadro mundial que se configura, a depender da evolução da crise entre os gigantes. O que é mais preocupante num momento em que o Brasil, repetindo ingênua tentativa argentina dos anos 90, no Governo Menem, parece agora também ter optado pela busca de relações carnis com os Estados Unidos. Mesmo porque essa direção, a par de repulsiva para um país soberano, seria um meio caminho para concessões unilaterais; como, aliás, se verificou com a inadmissível entrega da Embraer para empresa americana, e ainda mais praticamente a metade da estratégica Embraer Defesa; ou agora, com a pretendida abertura para mineradoras dos Estados Unidos atuarem na Amazônia, em áreas de reservas indígenas, que estaria nos radares do novo governo.

O Brasil, por outro lado, obrigatoriamente deve preservar suas relações comerciais com a China, pois afinal foi a partir da aceleração da nova economia chinesa, nos primeiros anos da década passada, que o país viu suas exportações multiplicadas, tendo as exportações para a China saltado de US\$ 1,1 bilhão em 2000 para US\$ 30,8 bilhões em 2010 e R\$ 64,2 bilhões em 2018. E no global as exportações brasileiras se elevaram de US\$ 55,3 bilhões no ano de 2000 para US\$ 239,9 bilhões nos doze meses de 2018.

O que se constata, num ates-



tado inconfundível do efeito multiplicador do milagre chinês sobre as demais economias do mundo, é que as exportações do Brasil para os demais países – ou seja, total *off-China* – cresceram de US\$ 54,2 bilhões em 2000 para US\$ 175,7 bilhões ao final de 2018, significando a abertura, para o Brasil, de oportunidades comerciais inusitadas, em terceiros países, nos desdobramentos do milagre chinês.

### O Brasil carece de estratégias para o comércio e para o desenvolvimento

Num mundo conturbado pelo surgimento de sucessivas barreiras tarifárias e não tarifárias envolvendo as duas maiores economias e mais importantes parceiros comerciais, a postura do Brasil tem sido a de mero expectador, não revelando ações práticas diante das repercussões que derivariam do agravamento da guerra comercial entre China e Estados Unidos. Não que se possa interferir no conflito, dada a magnitude dos contendores e a impotência que também imobiliza instituições internacionais voltadas para a regulação do comércio e do câmbio, como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional. Mas o país poderia estar reexaminando suas políticas e regulamentações que interferem no comércio externo ao afetar os preços de exportações e importações, e consequentemente, a produção voltada para exportação.

É inconcebível, por exemplo, que o país mantenha uma política cambial antiexportação e ao mesmo tempo pró-importação; e isso ocorre porque não consegue diferenciar o que seja uma variação

cambial tida como predatória ao nível internacional de uma variação que apenas compense diferentes taxas de inflação entre o país e o resto do mundo. A primeira, dissociada das taxas de inflação e condenada como prática comercial, tem objetivos e efeitos concorrenciais, porque visa aumentar o ganho real unitário do exportador – proporcionando redução dos preços internacionais – e paralelamente elevar o preço real unitário das importações – uma barreira à entrada de produtos estrangeiros. Já o segundo caso tem outra natureza, uma vez que, na medida em que a inflação interna seja superior à inflação externa, é essencial que se tenha como salvaguarda uma correção cambial que compense o diferencial entre as duas taxas.

Quando a inflação interna fosse maior que a inflação externa, o aumento nos preços da moeda estrangeira, no mercado de câmbio local, por algo como o diferencial entre as taxas de inflação, consistiria numa desvalorização cambial não concorrencial, já que neutra quanto aos reflexos nos preços relativos. Isso evitaria, por um lado, que o exportador se visse obrigado a aumentar os preços externos para compensar o aumento de custos, perdendo mercados; e paralelamente eliminaria a possibilidade de que os produtos importados ingressassem no país a preços artificialmente baixos, deslocando os produtores locais.

A correção cambial visando manter ajustada a paridade de poder de compra entre o país e o exterior é vital para a recuperação industrial brasileira. E jamais se deveria permitir que a taxa de câmbio vinculada a operações reais – exportações e importações de bens e serviços – sofra flutuações

no mercado em função do fluxo global de divisas – as pressões de oferta e procura; já que estas, de caráter aleatório, são influenciadas pelo fluxo de capitais de curto prazo, ágeis como próprio dos capitais especulativos.

### A política brasileira com taxas de câmbio de paridade entre 1968 e 1988

Nos anos 60, quando a inflação brasileira se acelerou, o Brasil adotava um sistema de câmbio fixo, corrigido normalmente uma vez por ano. Nesse momento, ao lado de inevitáveis lances especulativos, havia euforia inicial do setor exportador com o aumento do ganho unitário real; mas com o tempo, os aumentos nos custos de produção paulatinamente iam minando os ganhos do exportador. Tudo funcionava como uma gangorra entre duas correções cambiais, num sistema de câmbio administrado; que consistia, de fato, num modelo de câmbio fixo com correções de longo prazo.

Esse critério de ajuste cambial seria alterado em agosto de 1968, quando a taxa de câmbio real – moeda nacional ao dólar americano – passou a sofrer sucessivas pequenas correções – em intervalos de uma ou duas semanas, sem previsibilidade. Com isso, as receitas unitárias do exportador passaram a acompanhar a evolução dos custos, e os preços das importações passaram a acompanhar a evolução dos preços internos.

Esse sistema cambial, que teve forte impacto no comércio externo brasileiro, foi abandonado em 1988, com a introdução de taxas flutuantes, influenciadas pelos fluxos globais de divisas es-

trangeiras. Foi o início da derrocada da indústria, agravada pelos congelamentos das taxas de câmbio nos anos 90, com o Plano Real, e posteriormente, nas primeiras décadas do século XXI, com os capitais de curto prazo imperando sobre a economia real. Com o que o Brasil foi-se transformando numa economia de caráter estritamente rentista, ficando num segundo plano o passado de economia produtiva, dinâmica, centrada nas manufaturas, geradora de empregos e rendas.

Fragilizado pela ausência de uma estratégia voltada para o crescimento econômico, pelo aumento explosivo da dívida pública diante de juros internos sufocantes, com 45,0% do orçamento fiscal (exclusive INSS) comprometidos com encargos financeiros do Tesouro, o Brasil vê com receios naturais a eventualidade de uma crise mundial que desorganize os mercados e o comércio internacional. Pois a venda de *commodities*, associada aos avanços proporcionados a partir do milagre chinês, constitui a única alavanca que garante ao país um mínimo de organização econômica e social internamente. Equilíbrio que a reforma da previdência, pelos desastrosos reflexos no mercado de trabalho e na renda familiar, dificilmente sustentará. Onde se conclui que, além dos riscos externos, o Brasil se acha diante de uma desagregadora política econômica interna, que avança sustentada por acordos políticos e posturas empresariais não republicanos.

\* É economista emérito pelo Corecon-DF e foi professor titular de Economia da UNB e presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.

# A importância do básico para um saneamento digno

Inspirados pela publicação do documento *Avaliação dos 100 dias do governo Witzel - Saneamento, Infraestrutura e Meio Ambiente*, do Fórum Grita Baixada, e tendo em vista as fortes chuvas que desestabilizaram o Município do Rio de Janeiro (MRJ) este ano, decidimos investigar a atual condição dos serviços de saneamento básico nos âmbitos do MRJ e do Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

O saneamento básico, instrumento fundamental para a garantia dos direitos à saúde, à qualidade de vida e à dignidade, abarca um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Em nossa pesquisa, examinamos a trajetória dos principais programas municipais, entre 2012 e 2019, e estaduais, entre 2009 e 2019, voltados para o fornecimento desses serviços públicos e avaliamos sua relevância com base em alguns indicadores sociais. Acreditamos, também, a atuação da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae).

Todos os dados foram deflacionados pelo IPCA de junho de 2019.

## Um olhar macro sobre o saneamento

### No Município

Se o valor médio anual dotado e realizado da Função Saneamento, entre 2009 e 2018, foi de R\$ 1,08 bilhão e R\$ 811,64 milhões, respectivamente, em 2018 esses valores foram reduzidos a R\$ 695,25 milhões e R\$ 739,90 milhões. Essas quedas coincidem com a crise econômica no país; entretanto, revelam que, diante desse cenário, o saneamento não apenas sofreu corte de gastos, mas também perdeu prioridade (gráfico 1).

### No Estado

No âmbito estadual, a Função Saneamento recebeu, no mesmo período, uma dotação média anual de R\$ 1,24 bilhão. Contudo, uma parcela muito menor foi realizada. Em média, R\$ 394 milhões, ou seja, cerca de 30% do previsto, foi efetivamente gasto em cada ano. Além disso, o valor realizado cresceu até 2014, quando apresentou duas quedas sucessivas, de 14% (2015) e 46% (2016).

Uma vez que a Função Sanea-

mento não abarca todos os gastos relacionados aos serviços de saneamento, investigamos os principais programas (outra categoria orçamentária) com este fim no MRJ e no ERJ.

## Um olhar micro sobre o saneamento no MRJ

Encontramos sete programas que se destacaram no orçamento municipal. A dotação inicial dos programas somados atinge seu ápice em 2014 (R\$ 1,66 bilhão), para logo após sofrer uma queda de 66% até 2019, quando alcança R\$ 567 milhões (gráfico 3). Quanto ao liquidado em termos agregados, a tendência é semelhante: atinge seu maior valor, R\$ 1,13 bilhão, em 2013, para reduzir-se em 34% até 2018 (R\$ 748 milhões).

Dentre os objetivos do programa “Macrodrenagem de Jacarepaguá” estavam a redução de enchentes e doenças de veiculação hídrica, bem como o aprimoramento dos sistemas de esgoto e drenagem. Apesar de sua importância, sobretudo se considerarmos o grande número de casos de dengue, chikungunya e zika notificados na região em 2019, o programa não aparece no

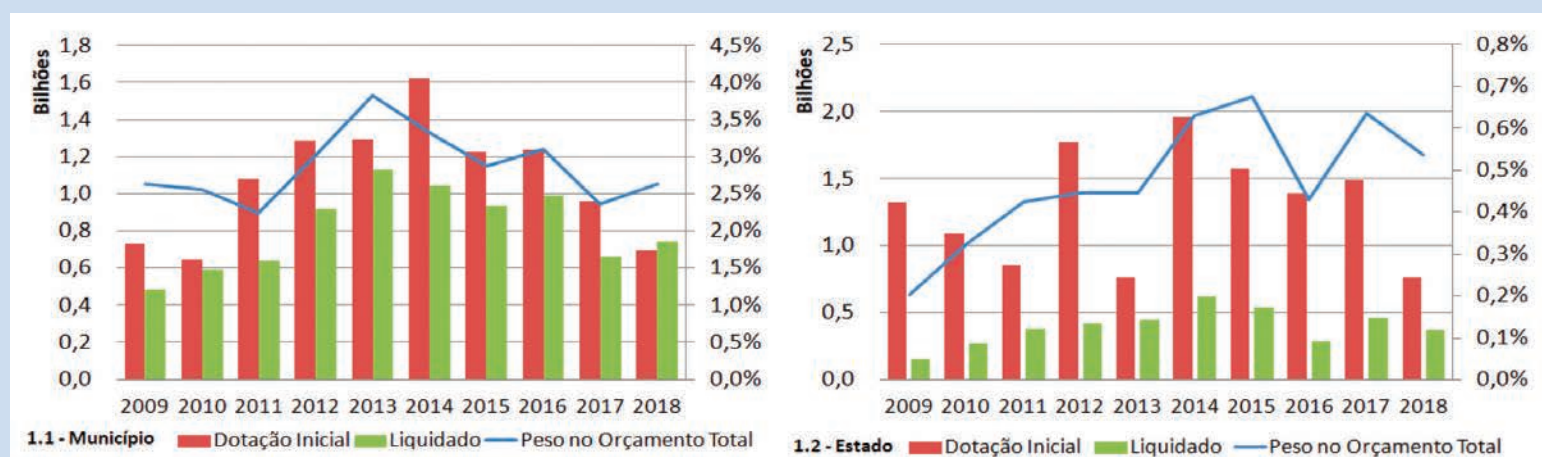
orçamento desde 2012, ano em que foram liquidados R\$ 151,8 milhões de uma dotação de R\$ 324,4 milhões.

O programa “Águas do Rio”, que visa melhorar a qualidade dos corpos hídricos da cidade, foi previsto pelo Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. Por isso, ainda não podemos avaliar seus resultados. Em 2018, contudo, sua dotação e valor liquidado foram modestos: R\$ 5,4 e R\$ 4,1 milhões, respectivamente. Por sua vez, o programa de mesmo propósito denominado “Qualidade de Águas Urbanas” esteve presente no orçamento municipal em todos os anos analisados. Entre 2013 e 2018, seu valor liquidado permaneceu relativamente estável (em média, R\$ 19,2 milhões). Vale notar que o número de internações por doenças diarreicas, ligadas à qualidade das águas, diminuiu 44,5% desde 2012. A seguir, analisaremos os três principais programas de saneamento básico do Município.

## Gestão Sustentável da Limpeza Urbana

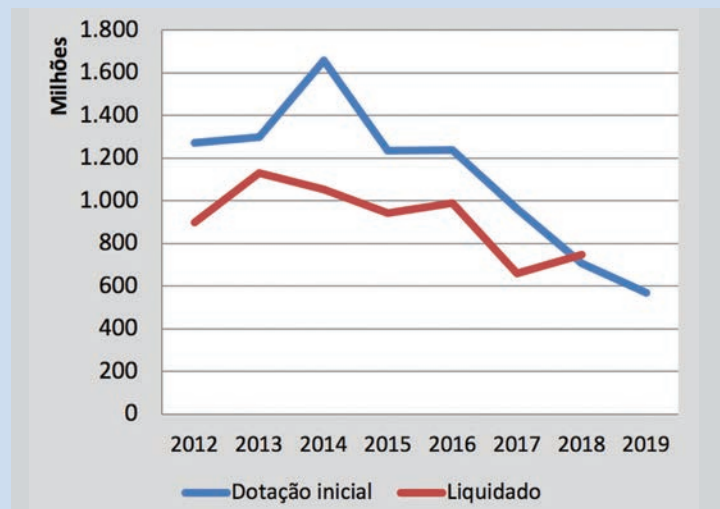
Segundo o PPA, o programa se propõe a melhorar as condições sanitário-ambientais da cidade e a promover a coleta, o tratamen-

Gráfico 1 - Evolução da Função Saneamento e seu peso no MRJ (1.1) e no ERJ (1.2) de 2009 a 2018:



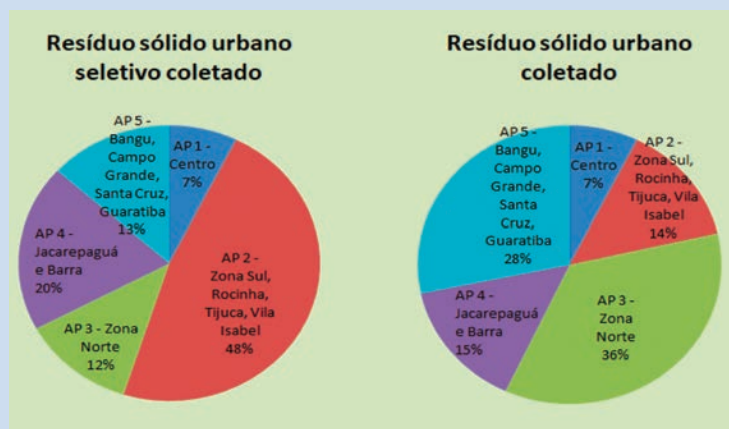
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2009-2018.

**Gráfico 2 - Principais programas de saneamento básico do MRJ:**



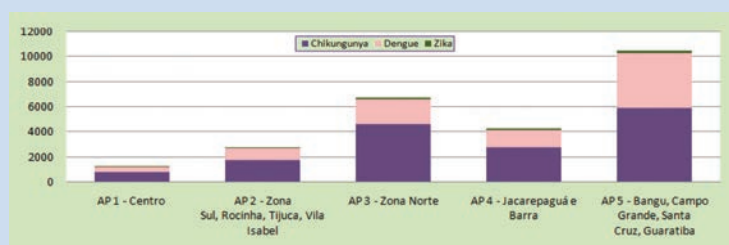
Fonte: PPAs 2010-2013, 2014-2017 e 2018-2021; Prestação de Contas do MRJ (2012-2018); LOA 2019.

**Gráfico 3 - Coleta de lixo no MRJ segundo AP (média dos anos 2012-2018):**



Fonte: RGA (2012-2018).

**Gráfico 4 - Casos de dengue, chikungunya e zika notificados no MRJ, em 2019, segundo AP:**



Fonte: Data Rio.

to e a destinação sustentável do lixo urbano. A ação “Tratamento e Destinação Final Sustentável”, nele inserida, passou por uma ruptura entre 2013 e 2014: se em 2012 e 2013, o valor liquidado médio foi R\$ 34,5 milhões, entre 2014 e 2018, este elevou-se para R\$ 229,3 milhões. Como reflexo desta mudança, o volume de resíduo sólido urbano tratado e disposto (meta física avaliada nos RGAs) aumentou 300% entre um período e outro.

Por outro lado, houve uma queda nos valores liquidados da ação “Remoção e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos”: de 330 milhões, em 2012, para 281 milhões, em 2018. Vale notar que, nesses mesmos anos, o volume médio de resíduo coletado nas Áreas de Planejamento (AP) 3 e 5 representou 64% do total, enquanto que o volume médio de resíduo seletivo coletado nessas áreas representou apenas 25% do total. Em contraste, a AP 2 teve participação de 14% no volume médio de resíduo coletado, e de 48% no volume médio de resíduo seletivo coletado (gráfico 4). Portanto, as áreas de menor renda do MRJ produzem uma grande quantidade de lixo e precisam de uma maior atenção do governo municipal para que a coleta seletiva se expanda.

#### Controle de Enchentes

Conforme o nome anuncia, o programa pretende reduzir a frequência de inundações no Município, através da melhoria do sistema de drenagem e do controle de pontos de alagamento. Sua principal ação, “Implantação de Sistemas de Manejo de Águas Pluviais e de Infraestrutura Urbana das Bacias Hidrográficas”, sofreu drástica redução em seu valor liquidado ao longo dos anos: de R\$ 498,6 milhões, em 2013, e R\$ 322,4 milhões, em 2014, para R\$ 5,1 milhões, em 2017, e R\$ 68,7 milhões, em 2018. O resultado foi *i*) a queda na implantação de mesodrenagens e macrodrenagens,

elevada no biênio 2013-2014 (sobretudo nas APs 3 e 4); e *ii*) uma diminuição, entre 2014 e 2018, de 36% no volume de material dragado ou desassoreado. Em 2019, a situação se agrava: a dotação passa de R\$ 99,8 milhões, em 2018, para R\$ 64,8 milhões. Além disso, até junho foram liquidados R\$ 7,4 milhões, que representam 11,4% do valor previsto. Isso é preocupante já que, este ano, a cidade do Rio passou pelo maior volume de chuvas dos últimos 22 anos, com registro de 10 mortos.

É preciso ressaltar, ainda, que 80% do material dragado ou desassoreado entre 2012 e 2018 é proveniente da AP 2, o que significa que há uma enorme concentração de esforços para proteger esta área de alagamentos.

#### Expansão do Saneamento

O objetivo deste programa é consolidar o saneamento da cidade, reduzir o despejo de esgoto sem tratamento nos rios e, como consequência, melhorar a saúde e a qualidade de vida da população. Após o aumento das dotações iniciais e valores liquidados em 2015 e 2016, o programa sofreu reduções em 2017 e 2018. Suas principais ações, “Implantação de sistemas de manejo de águas pluviais e de infraestrutura urbana das bacias hidrográficas da zona oeste” e “Implantação do sistema de esgoto sanitário na zona oeste”, apresentaram queda em seus valores liquidados entre 2016 (R\$ 240 milhões e R\$ 43,8 milhões, respectivamente) e 2018 (R\$ 59,3 milhões e 20,7 milhões, respectivamente). Como reflexo, a AP 5, principal beneficiária do programa, não teve nenhum sistema de esgoto implantado em 2017 e 2018, e a implantação de macrodrenagem em 2018 foi 88,2% menor do que em 2016. Vale ressaltar que a AP 5 é a que mais sofre com casos de doenças transmitidas por mosquitos (gráfico 5), o que está intimamente ligado à precariedade dos serviços de saneamento.

## Um olhar micro sobre o saneamento no ERJ

No âmbito estadual, examinamos os doze programas que apresentaram maiores valores orçamentários. A partir de uma análise agregada, verificamos um salto na dotação inicial após 2011 (gráfico 5), devido à introdução do PPA 2012-2015 com novos programas como “Saneamento Básico” e “Controle de Inundações e Recuperação de Áreas Degradadas”. Contudo, podemos observar que a elevação no valor liquidado é bem menos significativa. Isso se explica pela defasagem entre os dois montantes: no período analisado mais de R\$ 10 bilhões inicialmente dotados para saneamento não foram liquidados.

Vale destacar o já citado programa “Saneamento Básico”, que tem alto peso no orçamento e contempla amplos aspectos, como o abastecimento de água e o transporte e tratamento de esgoto. Em 2012, sua dotação foi de R\$ 1,2 bilhão, porém, só R\$ 206 milhões foram liquidados. A partir de 2015, os valores liquidados caem consideravelmente, chegando a menos de R\$ 20 milhões em 2018. Esta queda é preocupante tendo em vista o objetivo explicitado pelo programa de universalização do acesso à água potável no Estado, já que 7,5% da população fluminense não tinha acesso à água em 2017. Os dados sobre coleta de esgoto também desanimam: naquele ano, 34,2% da população no Estado não tinha acesso a esse serviço.

O referido programa é advindo de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Obras, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a Cedae, empresa estatal que atende o estado e seus municípios em questões de saneamento. Uma vez que a empresa tem papel crucial nesta área e conta com recursos próprios não previstos no orçamento, é necessário analisar sua atuação em separado.

A Cedae atende 64 municípios dos 92 existentes no ERJ. Em 2018, atendeu 12,27 milhões de pessoas com água e 3,85 milhões com coleta de esgoto, o que corresponde a 87,05% e 36,82% da população total dos municípios com contrato com a Cedae.

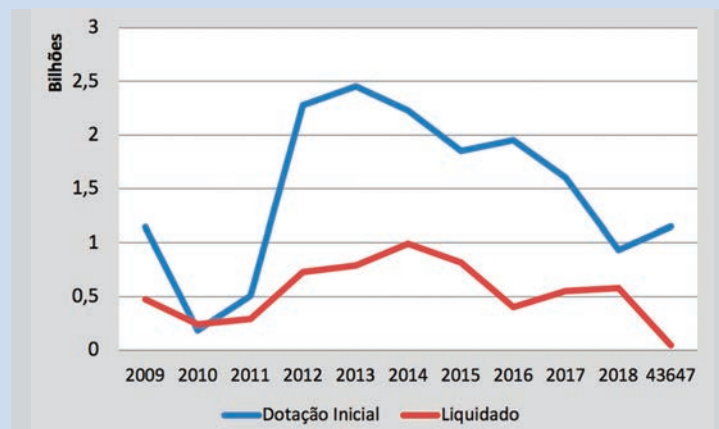
É importante destacar que a empresa é lucrativa e sua dívida líquida vem caindo desde o início de nossa série (gráfico 6). Seu sucesso e grande porte explicam, inclusive, o fato de ela ter sido usada como garantia do empréstimo do ERJ obtido com a União. Portanto, sua eventual privatização, proposta no Plano de Recuperação Fiscal do ERJ, apenas agravaria a situação fiscal do Estado.

## Considerações Finais

Como vimos, o saneamento no MRJ é marcado por uma forte desigualdade regional: as áreas de menor renda sofrem com a insuficiência no fornecimento desses serviços indispensáveis. No ERJ, o planejamento orçamentário feito pelo poder público é recorrentemente ineficaz e inadequado: no período analisado, 65% dos recursos previstos não foram liquidados. Ademais, conforme destaca o artigo do Fórum Grita Baixada, diversas cidades convivem cotidianamente com falta de água potável e de tratamento de esgoto. A poluição da água e do ar atinge níveis alarmantes que degradam as condições de vida da população. No Ranking do Saneamento Básico entre as 100 maiores cidades do país, cinco municípios fluminenses estão entre as piores posições: Nova Iguaçu (82º), São João de Meriti (89º), Duque de Caxias (91º), São Gonçalo (92º) e Belford Roxo (95º).

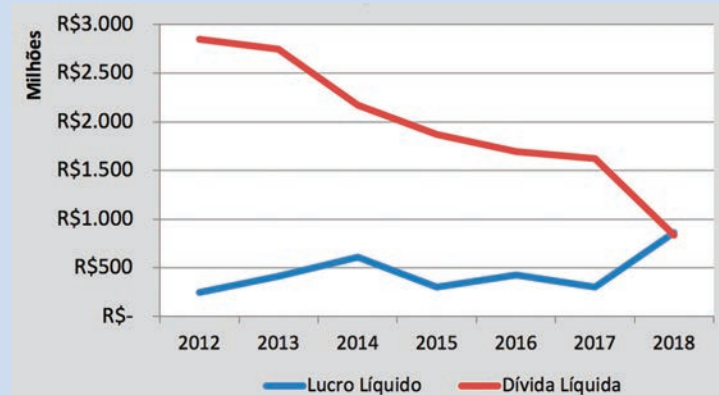
A falta de recursos, dada a crise que atinge o orçamento estadual e de diversos municípios nos últimos anos, incluindo o MRJ, não pode ser justificativa para a falta de inves-

Gráfico 5 - Principais programas de saneamento básico do ERJ:



Fonte: PPA; Transparência Fiscal.

Gráfico 6 - Lucro Líquido e Dívida Líquida da Cedae (2012-2018).



Fonte: DOERJ - Balanços da Cedae (2012-2018).

timentos, pelo contrário. A cada um real gasto com saneamento se gera uma economia de 4 reais na saúde.

Apesar disso, o programa de governo de Crivella aborda genericamente a questão do saneamento e não menciona enchentes e alagamentos. Por sua vez, o plano de governo de Witzel se refere ao saneamento no ERJ como um “problema do século XIX” e uma situação “irresolúvel” e, ao mesmo tempo, aposta no protagonismo da iniciativa privada para solucionar as privações históricas da população. As perspectivas

de privatização da Cedae, apesar de sua lucratividade, são sintomáticas.

Neste horizonte, a força da luta coletiva se sobressai: diversos movimentos sociais, como o próprio Fórum Grita Baixada e seus colaboradores na produção do artigo, o Centro de Ação Comunitária e o Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente de São João de Meriti, têm reivindicado a construção coletiva de políticas públicas duradouras que atendam as demandas urgentes da população. Seus gritos não serão silenciados.

## Dia do Economista é celebrado com ciclo de palestras Corecon-RJ e Rede Pró-Rio



Evento do Dia do Economista

O primeiro debate do “Ciclo de palestras Corecon-RJ e Rede Pró-Rio: uma agenda para o Rio e seus municípios” reuniu em 14 de agosto, na sede do Corecon-RJ, dezenas de economistas, acadêmicos, políticos, pesquisadores e intelectuais. O evento celebrou o Dia do Economista com um dia de atraso e marcou o início de uma série de palestras que têm como objetivo apontar caminhos para o Rio de Janeiro superar a crise econômica.

Paula Nazareth, do TCE-RJ, traçou um histórico da involução institucional do Rio, de capital federal para capital estadual. Ela apontou a fragilidade da dependência dos recursos advindos da exploração do petróleo, cujo preço é instável.

Bruno Sobral, integrante da coordenação da Rede Pró-Rio, lembrou que o Estado do Rio tem o segundo maior PIB do país, mas é superado por Minas Gerais em termos de receita tributária: “Nossa estrutura produtiva é ‘oca’. A indústria de transformação tem um peso pequeno aqui.”

Ricardo Lodi, da Uerj, criticou a centralização da arrecadação tributária na União. As limitações orçamentárias dos estados e municípios, responsáveis pelos principais serviços públicos, como Saúde e Educação, impactam a população. Fernando Gaiger, do Ipea, enfatizou a importância dos investimentos em Educação e Saúde para a redução da desigualdade de distribuição de renda.

O segundo encontro do ciclo de pa-



Vencedores do Prêmio de Monografia

lestras acontecerá em 18 de setembro com o tema “Estrutura produtiva e mercado de trabalho no Rio de Janeiro”.

Na abertura do evento, o Corecon-RJ anunciou os vencedores do 29º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. Leonardo Albagli Leitão, do IE/UFRJ, obteve a primeira colocação no certame com a monografia *Tratamento de água e esgotamento sanitário no Brasil: Políticas recentes e o impacto social da privatização*.

Leticia Silva de Oliveira, da UFRRJ-Seropédica, ficou em segundo lugar com o trabalho *A análise do serviço de streaming sob as perspectivas Schumpeteriana e Neo-Schumpeteriana de inovação: o caso da Netflix*. Isabella Miranda Meyer, também do IE/UFRJ, conquistou a terceira colocação com a monografia *Sistema de contas nacionais e a integração de contas ambientais: contas de áreas florestais e seu impacto na Amazônia Legal*. A menção honrosa coube a Natália Ferreira Trigo, da PUC, com o trabalho *Análise do efeito de flutuações no mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da saúde pública e privada*.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES

Nos termos da Resolução 1.981, de 23/10/17 e 2.012/19 de 30/05/19 do Conselho Federal de Economia - Cofecon, faço saber que no dia 29/10/2019, a partir das 08 (oito) horas até as 20 (vinte) horas (horário oficial de Brasília-DF) do dia 31/10/2019, no sítio eletrônico [www.votaeconomista.org.br](http://www.votaeconomista.org.br), o qual, naquele período, poderá ser acessado no Brasil ou no exterior, serão realizadas eleições para renovação do 1º terço, composto de 03 (três) conselheiros efetivos e 03 (três) suplentes, com mandato de 03 (três) anos: 2020 a 2022; de 01 (um) delegado-eleitor efetivo e 01 (um) suplente, junto ao Colégio Eleitoral do Cofecon. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil seguinte a esta publicação, encerrando-se às 18h do dia 16/09/19 e deverá ser feito na sede do Corecon-RJ, localizada na Av. Rio Branco, nº 109 – 19º and – Centro - Rio de Janeiro-RJ, das 9 às 18h. A votação dar-se-á mediante senha individual fornecida pelo Cofecon aos Economistas adimplentes (na hipótese de parcelamento de débitos, adimplente com as parcelas vencidas até 17/10/2019) e remidos, integrantes do Colégio Eleitoral Definitivo, constituído até o dia 17/10/2019. O voto será exercido diretamente pelo Economista. Não haverá voto por procuração. Na impossibilidade do eleitor dispor de computador, o Corecon-RJ disponibilizará em sua sede no horário das 9 horas às 18 horas, computador conectado à Internet para esses eleitores exercerem o seu direito de voto. Os trabalhos de apuração serão realizados em 31/10/2019, às 20 (vinte) horas, nas dependências da sede do Corecon-RJ, imediatamente após encerrado o período de votação. A Comissão Eleitoral será constituída pelos Economistas: Antônio dos Santos Magalhães (Presidente), Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e José Antônio Lutterbach Soares, como titulares, e Jorge de Oliveira Camargo, como suplente, sendo sua primeira reunião realizada no dia 18/09/2019, às 18h, na sede do Corecon-RJ.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019

João Manoel Gonçalves Barbosa  
Presidente

Publicado no DOERJ – 15/08/19 – Parte V – Fl. 07



O Corecon-RJ realizou em 26 de julho em sua sede a IX Gincana Regional de Economia. A dupla composta por Francisco Guilherme Dantas Neto e Felipe Simpício Ferreira, da UFRJ, conquistou o primeiro lugar, enquanto Isabella Helter Claudino e Severino Rogério Vidal dos Santos Junior, da UFF-Niterói, ficaram na segunda colocação. As duas duplas representarão o Corecon-RJ na etapa nacional da gincana, em 15 e 16 de outubro, em Florianópolis. Gabriel dos Santos Gomes e Rodrigo Marques de Miranda, da UFRRJ-Nova Iguaçu, obtiveram a terceira colocação.